

MILITANTES NEGROS E ALIADOS: SOMANDO FORÇAS PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PLURAL NAS ESCOLAS BAIANAS¹

Jurandir de Almeida Araújo²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo trazer para o debate a importância das parcerias entre os militantes negros baianos, suas organizações, e os aliados brancos ou assemelhados na construção e promoção de uma educação na perspectiva multicultural e antirracista na Bahia. Parte-se do pressuposto de que o apoio desses aliados contribuiu expressivamente para o trabalho pioneiro desenvolvido pelas organizações negras baianas nas comunidades onde estão inseridas e junto às escolas.

Palavras-chave: Militantes Negros: Aliados Brancos: Educação Multicultural: Práticas Educativas: Organizações Negras.

Introdução

A gente não pode chegar aos extremos de dizer que negros estudam negros e brancos estudam brancos. A gente tem que lembrar sempre o que Stella de Oxóssi disse: o sagrado não tem cor, a cultura não tem cor, a educação não tem cor.
(Yeda Pessoa de Castro)

A educação sempre foi uma das principais pautas de ação das organizações negras brasileiras surgidas após a abolição da escravidão. Inicialmente de caráter recreativo e/ou beneficentes, estas organizações, preocupadas com o lugar marginal

¹Este trabalho foi realizado no período em que o autor foi Bolsista Internacional da Fundação Ford. E sobre a orientação da Professora Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia.

²Graduado em Pedagogia (2008), pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Mestre em Educação e Contemporaneidade (2013), pela UNEB. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade. E-mail: juran-araujo@hotmail.com

em que os afro-brasileiros se encontravam no país, concebe a educação como condição para estes saírem deste lugar. Para alcança seus objetivos de alfabetizá-los, de incluí-los socialmente e torná-los cidadãos, criaram escolas e cursos de alfabetização. Por outras palavras, colocaram a educação com principal frente de ação, acreditando que por meio dela os afro-brasileiros terão maiores oportunidades de melhorar sua condição de vida.

Contudo, é a partir de 1945 que as organizações negras brasileiras trazem para a discussão a necessidades de políticas diferenciadas para os afrodescendentes, no Brasil. Além de continuar promovendo cursos de alfabetização para os afro-brasileiros e outros sujeitos carentes de instrução. As organizações negras, que surgem a partir da década de 1940, passam a fomentar o debate sobre a necessidade de políticas diferenciadas para que a população afro-brasileira tenha acesso aos espaços socialmente mais valorizados, em particular, o acesso e permanência na escola.

Para Silva (2007, p. 123), “os movimentos sociais negros oriundos do período pós quarenta e cinco foram os grandes responsáveis por trazer a público, grande parte das reivindicações por políticas diferenciadas para afro-brasileiros”. Também para que o Estado garanta direitos por ele negligenciados a esses sujeitos, a exemplo, o acesso, a permanência e o êxito no sistema público de ensino.

Nessa expectativa de instituição de políticas públicas diferenciadas por parte do Estado é que, desde 1945, diversos encontros vêm sendo organizados pelas organizações negras nacionais, regionais e estaduais para discutir e pensar a educação dos afro-brasileiros na perspectiva multicultural e antirracista. Dentre esses encontros destaca-se o VIII Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em 1988, onde se desenvolveu um amplo trabalho no sentido da construção de uma educação diferenciada para os afro-brasileiros, e culminou com a publicação histórica do volume “O Negro e a Educação”. Volume que conjuntamente com outras ações paralelas, desenvolvidas pelas organizações negras junto às escolas, aos alunos e aos professores, “contribuiu para que fosse instituído o tema ‘Pluralidade Cultural e Educação’, ainda que no momento como tema transversal, no Ensino Fundamental, em todos os seus ciclos”, conforme salienta Silva (2011, p. 134).

Para fomentar o debate sobre a situação marginal em que os afro-brasileiros se encontram na sociedade brasileira, as organizações negras buscaram apoio junto aos estudiosos que discutem a temática, a exemplo de Florestan Fernandes e de Roger Bastide. A esse respeito, Gonzáles (1982, p. 24) assinala que:

A partir do período 1945-1948 em diante é que vamos encontrar a presença de representantes dos setores progressistas brancos junto às entidades negras, efetivando um tipo de aliança que se prolongaria, de maneira mais ou menos constante, aos dias atuais.

Complementando a afirmação de Gonzáles, Pereira (2008, p. 56) salienta que a “contribuição de inúmeros intelectuais foi, muitas vezes, auspiciosa, mesmo quando não endossavam as ‘linhas e verdades’ dos militantes”.

O debate fomentado pelos ativistas negros brasileiros com os setores progressistas brancos contribuiu para reestruturação das organizações negras que emergem na sociedade brasileira a partir da década de 1970, as quais passam a direcionar suas reivindicações para o campo político. Segundo Cruz (2008, p. 67):

A mudança no teor das reivindicações, entre fins da década de 1970 até a atualidade, foi influenciada pelas produções de estudiosos que utilizaram dados censitários e estudos quantitativos, evidenciaram que a desigualdade racial está no cerne das desigualdades econômicas do país e concluíram que o racismo é um fator presente na sociedade e constitui um indicador significativo para avaliar níveis de educação, saúde, dentre outros na população.

Assim, as diversas e diferentes organizações negras que emergem no cenário político e social nacional, a partir da década de 1970, respaldadas nas organizações negras anteriores, nos estudos e pesquisas, nos debates suscitados a partir dos anos de 1940, influenciadas pelas lutas dos afrodescendentes em outros países, a exemplo da luta dos afro-estadunidenses nos Estados Unidos, e das lutas dos africanos, em vários países do continente africano, passam a cobrar do Estado brasileiro mudanças no quadro das desigualdades sociais, econômicas e políticas em que os negros se encontravam e ainda se encontram em relação aos brancos na sociedade brasileira. Nessa direção, Cláudia Cristina de Paula (2009, p. 106)

assinala que: “embora persistam conflitos, resistências, acordos e negociações, a mobilização social contribui para a construção de novos significados e práticas”.

Ante tal cenário entende-se que é importante trazer para a discussão os diferentes olhares sobre as parcerias existentes entre as organizações negras brasileiras e os aliados externos – intelectuais brancos ou assemelhados³, na reivindicação por uma educação plural nas escolas brasileiras. Assim, as reflexões ora apresentadas nesse artigo, originada da pesquisa sobre a atuação das organizações negras baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990, têm como objetivo trazer para o debate a importância do apoio desses aliados às organizações negras baianas na construção e promoção de uma educação na perspectiva multicultural e antirracista na Bahia e, por conseguinte, no Brasil.

O texto está estruturado em duas partes, além desta introdução. Na primeira, a discussão gira em torno do que dizem os ativistas negros baianos sobre os aliados de fora do grupo, no caso, sobre os aliados brancos e/ou assemelhados. Na segunda e última, as considerações finais, apresento as minhas reflexões e ponderações acerca das principais questões arroladas e as possíveis estratégias para a superação destas.

O olhar dos ativistas negros baianos sobre os aliados de fora do grupo

Compreendendo a educação como um dos principais meios para mudar o quadro das desigualdades sociais vigentes no Brasil, a atuação das organizações negras brasileiras, a partir dos fins da década de 1970, se destaca, principalmente, pela intervenção no campo educacional. Organizações essa que constataram que a escola enquanto espaço em que se pensa democrático não estava (e ainda não está) garantindo, satisfatoriamente, igualdade de oportunidades para parcelas significativas da população brasileira, principalmente, para os afro-brasileiros e os indígenas.

³ Consideramos como assemelhados os sujeitos de pele clara com alguns traços fenotípicos de negros ou de indígenas, mas que devido à cor da pele se autodeclararam e/ou são classificados como brancos.

Diante do baixo desempenho dos afro-brasileiros no sistema público de ensino e da explicação de que estes eram os próprios responsáveis pelo seu fracasso, as organizações negras brasileiras constataram, também, ser a educação um campo privilegiado de enfrentamento do racismo (CARDOSO, 2005). Como ressalta a Professora Lindinalva Barbosa “todas as organizações negras que tem um programa de ação (MNU, *Olodum*, *Ilê Aiyê*), de qualquer lugar do Brasil, a educação sempre vai está lá como pauta, como ponto fundamental, prioritário” (entrevista concedida em 25 set./2012).

A compreensão de que pela educação os afro-brasileiros conseguiriam melhorar a sua condição de vida, assim como de enfrentamento do racismo, estimulou as organizações negras brasileiras contemporâneas⁴ a pensar, desenvolver e por em prática propostas educacionais na perspectiva multicultural e antirracistas, diferenciando-se das anteriores que desenvolviam uma educação baseada no modelo adotado pelo sistema de ensino formal, isto é, um modelo de educação eurocêntrico e monocultural que não corresponde à realidade dos grupos marginalizados e estigmatizados no Brasil.

A visibilidade das organizações negras que emergem no cenário político e social brasileiro a partir da década de 1970 influenciou decisivamente para que o Estado mudasse seu plano de ação frente à situação marginal em que se encontrava ainda se encontra a população negra no país. Principalmente se levarmos em conta que as reivindicações se deslocavam dessas organizações “e encontrando ecos em intelectuais e até em políticos” (SANTOS, 2005, p. 96).

Os estudos de Molina (2011), Cruz (2008), Lima (2004), entre outros, indicam que foram as organizações negras brasileiras, em particular, as organizações negras baianas, as pioneiras na construção e promoção de uma educação diferenciada, isto é, uma educação voltada para a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro.

⁴ Entende-se por organizações negras contemporâneas, as organizações negras surgidas a partir da década de 1970.

Na sua trajetória, tanto as organizações negras baianas como as brasileiras contaram com o apoio e parceira de aliados de fora do grupo. Segundo a Professora Ana Célia da Silva:

Nós temos aliados pesquisadores e escritores brancos ou assemelhados a branco que contribuem muito escrevendo. Eu acho que o principal deles é Carlos Hasenbalg. Nós temos Florestan Fernandes [...]. Temos também Clóvis Moura, [...] que depois se auto classificou como negro, e muitos outros. E aqui na Bahia nós tivemos o apoio muito grande, temos até hoje, do Professor Edvaldo Boaventura, ele orienta alunos negros, ele luta para que esses alunos sejam admitidos, quando têm capacidade, nos cursos de mestrado e doutorado [...]. A Professora Yeda Pessoa de Castro também, na época da ditadura ela abriu o CEAO para o movimento negro. Ela criou o Museu Afro. Ela fez os dois cursos de formação de professores de história da África. Facilitou e ajudou muito a inclusão da disciplina Introdução aos Estudos Africanos (entrevista concedida em 25 nov./2011).

No entanto, a Professora Lindinalva Barbosa, no seu depoimento, nos diz:

As alianças existiram claro! Sempre existiram, mas mínimas. Muito poucas, muito pequenas, muito menos do que deveria ter, porque, na verdade, quando a gente trata da questão racial no país, a gente não está só falando de um povo, de uma parte da população, relações raciais pressupõe se negros e brancos e todos perdem quando um país, como o Brasil, tão grande, tão múltiplo, tão diverso, é claro que, eu tenho certeza absoluta, o Brasil não consegue se desenvolver plenamente porque existem muitas dificuldades nas relações raciais, elas são estruturantes da sociedade. No caso do Brasil elas são estruturantes (entrevista concedida em 25 set./2012).

Ainda a respeito do apoio de aliados brancos ou assemelhados às organizações negras, nas suas reivindicações por políticas educacionais que contemple a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, a Professora Valdina Pinto é enfática:

Eu acho que sempre teve aliados. Sempre tem. Eu acho que precisamos desconstruir essa coisa de a luta dos negros, porque a luta dos negros não é só dos negros, e sim da sociedade brasileira e de pessoas comprometidas com uma sociedade justa, com uma sociedade humanitária, com uma sociedade igualitária; sempre teve. Lógico que o que dói na carne da gente é a gente que sente, nenhum

branco vai ter a dimensão que o negro tem, só quem é negro é que sente o peso do racismo, que sabe o que é ser discriminado racialmente, mas que tem muitos aliados, temos muitos aliados sim, como temos hoje e tivemos antes também. Sempre tem gente que tem uma visão diferente dessa que temos aí, que não aceita o racismo, a discriminação, que porque é branco vai aceitar (entrevista concedida em 17 set./2012).

Em entrevistas realizadas com militantes negros baianos, sobre a atuação das organizações negras baianas no campo da educação, no período de 1970 a 1990, foram citados alguns nomes de intelectuais brancos ou assemelhados importantes para o pensar e o fazer educacional que contemple a diversidade étnico-racial e cultural do povo baiano e brasileiro, também, para a inclusão da história e cultura da África e dos Afro-Brasileiros nos currículos das escolas baianas e brasileiras. Os nomes citados foram: Yeda Pessoa de Castro, Edvaldo Boaventura, Marcos Aurélio Luz, Delcele Mascarenhas Queiroz, Jocélio Teles e Juca Ferreira. Segundo nossos interlocutores essas pessoas contribuíram de forma expressiva para que as mudanças acontecessem, tanto no campo educacional como no cultural e acadêmico. Como observa Jorge Conceição: “tinha muita gente inserido na luta que não era considerada, do ponto de vista das classificações raciais, negra” (entrevista concedida em 28 out./2012).

Em entrevista com a professora Ana Célia da Silva esta ressalta como se deu o apoio de alguns dos nomes acima citados. Segundo ela, a Professora Yeda Pessoa de Castro abriu, na época da ditadura, o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA) para as organizações negras, fez dois cursos de formação de professores sobre história da África, criou o Museu Afro, facilitou e ajudou na inclusão da disciplina Introdução aos Estudos Africanos; o Professor Edvaldo Boaventura orientava alunos negros, lutava para estes serem admitidos nos cursos de mestrado e doutorado; Jocélio Teles (UFBA) e Delcele Mascarenhas Queiroz (UNEB) são os iniciadores, no âmbito institucional, das políticas de ações afirmativas, através do Projeto “A Cor da Bahia”, eles davam bolsas de estudos para alunos negros fazerem vestibular (entrevista concedida em 25 nov./2011).

Todavia, existe certa desconfiança, por parte de alguns militantes negros, em relação aos aliados brancos ou assemelhados a brancos. A Professora Valdina Pinto é uma dos militantes negros baianos que tem certa reserva as parceiras do movimento negro com os aliados brancos.

A gente tem aliado? Tem. Tem pessoas que estão aí, chegam junto? Sim. Mas por outro lado a gente não pode perder de vista que mesmo sendo aliados eles têm uma posição de privilégio dentro da sociedade, eles ocupam um lugar na sociedade que é um lugar de privilégio, é aí que eu questiono: será que numa situação que a gente não estiver ali por perto eles continuam sendo aliados ou vão para esses lugares de privilégio? Eu questiono sempre isso, é uma realidade com a qual a gente convive (entrevista concedida em 17 set./2012).

Para Nascimento (2003, p. 277), parte dessa desconfiança está condicionada ao fato de que “prevalece a apropriação pelas elites brancas do conhecimento e do trabalho intelectual produzido por afrodescendentes”. Essa apropriação, a que se refere Nascimento, sempre aconteceu na história do negro no Brasil, principalmente, pelas pesquisas acadêmicas, que podemos afirmar, se configura como principal instrumento de apropriação dos conhecimentos produzidos pelos povos africanos e seus descendentes no Brasil.

Junto com a discussão suscitadas pelas organizações negras brasileiras, a partir dos anos de 1945, sobre a necessidade de políticas diferenciadas, veem os grandes escritores, as pesquisas acadêmicas. Contudo, essas pesquisas nunca chegavam pra gente, observa a Professora Gildália Anjo Santo. Acrescenta ainda a professora, citada:

A gente só servia para essas pessoas tirarem essas informações. Elas veem, buscam essas informações, mas não dão um retorno para a comunidade ou para a pessoa que passou as informações. E quando esses estudos vão para o livro, para a publicação, você sente que tem muitas distorções entre aquilo que foi dito, entre aquilo que é verdadeiro, do que foi dito e do que foi interpretado pelo autor, e a gente perde a condição de estar debatendo, já que a maioria dos negros não está dentro da universidade, não tem condições de estar dentro desses espaços de decisões. Aí quando vem esses estudos para a sala de aula, para a escola, se bate com outra situação que é

a do professor que está na sala de aula que também recebe aquilo sem uma maior discussão (entrevista concedida em 07 nov./2012).

Ainda existe o condicionante que escola, que por excelência deveria ser o espaço privilegiado para a formação de valores, da alteridade e da construção de direitos e de identidades, ainda contribui para reprodução e manutenção de estereótipos e preconceitos sobre os grupos historicamente estigmatizados, marginalizados e excluídos, a exemplo dos negros e dos indígenas.

O Centro de Estudos Afro-Orientais, certamente, foi e ainda é um dos maiores parceiros das organizações negras baianas e brasileiras na luta por reconhecimento, valorização, políticas afirmativas, assim como de referências em estudos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira e para o pensar e fazer educacional na perspectiva multicultural e antirracista. Para Bacelar (2001, p. 140):

É evidente que a rica história do CEAO na década de 1960 e a produção acadêmica dos seus importantes membros, serviram sem dúvida de painel de reflexão e canal de expressão de ideias, conceitos e esquemas eruditos que tiveram acolhidas entre as lideranças da comunidade negra e formaram a base para a institucionalização de uma inteligência nativa. Entretanto, estabelecer uma relação direta, reflexa, entre 'a escola baiana' e os rumos assumidos pelo movimento dos negros baianos, seria ingenuidade ou má-fé. Primeiro, porque a 'escola baiana' jamais se constituiu em um bloco homogêneo, sendo palco de grandes cisões e conflitos. Segundo, porque indicaria os negros como receptáculos vazios das argumentações dos intelectuais, o que jamais ocorreu.

É importante destacar que na atualidade o movimento negro brasileiro conta com um quadro significativo de intelectuais negros, todavia, como observa Guimarães (2002, p. 58, grifo do autor), "mesmo contando com aliados intelectuais de peso, a verdade é que, o movimento negro ainda precisa muito dos intelectuais 'brancos' para vencer a resistência do *establishment* acadêmico, o qual continua pouco permeável à ascensão de negos".

Considerações finais

É Graças às ações contínuas do Movimento Negro Brasileiro, que desde as suas primeiras organizações, no pós-abolição, colocou a educação como uma das suas principais metas de ação, que podemos contar, hoje, com políticas educacionais que nos orientam na promoção da educação das relações étnico-raciais. Políticas as quais, em partes, são resultados dos esforços e trabalhos desenvolvidos pelas organizações negras brasileiras, em particular das organizações negras baianas, que a partir da década de 1970, passam a pensar e desenvolver projetos educacionais e socioeducativos na perspectiva multicultural e antirracista, isto é, a pensar e por em prática uma educação que respeita e contempla a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro; Também do diálogo desse movimento com o Estado e o apoio recebidos dos aliados brancos ou assemelhados a brancos.

Na Bahia, os projetos desenvolvidos pelas organizações negras baianas, nos seus espaços de pertença e juntos as escolas, mostram a preocupação dessas organizações em promover uma educação plural no estado e, por conseguinte, no país. E contou (ainda conta) com o apoio de intelectuais brancos ou assemelhados a branco, referências na temática das relações étnico raciais na Bahia e no Brasil, a exemplo de Yeda Pessoa de Castro, Edvaldo Boaventura, Delcele Mascarenhas Queiroz, Jocélio Teles, entre outros, já assinalado.

As organizações negras brasileiras, em particular as organizações negras baianas, são as pioneiras na construção e promoção de uma educação multicultural e antirracista, isto é, de uma educação das relações ético-raciais, como nos orientam as políticas educacionais vigentes.

Enfim, diante da realidade enfrentada pelos grupos menos favorecidos no acesso, permanência e êxito no sistema de ensino no país a melhoria na qualidade da educação pública brasileira não depende apenas de investimento e de recursos humanos qualificados, mas também do esforço mútuo entre o Estado, a comunidade escolar, os movimentos sociais e a sociedade como um todo. E juntos coloquem em prática uma educação que contemple a diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro. Leis (10.639/03 e 11.645/08) e diretrizes curriculares nacionais que

orientam na construção e promoção da educação das relações étnico-raciais já estão postas faz alguns anos, só faltam serem efetivadas nas escolas.

Referências

BACELAR, Jeferson. **A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko – Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

CRUZ, Cristiane Copque da. **Introdução aos Estudos Africanos na Escola: trajetórias de uma luta histórica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GONZÁLES, Lélia. O Movimento Negro na última década In: GONZÁLES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 9-66.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. ed.3. São Paulo: Editora 34, 2002.

LIMA, Ivan Costa. **Uma Proposta Pedagógica do Movimento Negro no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo**. Dissertação (Mestrado em Educação e Movimentos Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Movimentos Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - Santa Catarina, 2004. Disponível em: <www.tede.ufsc.br/teses/PEED0465.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

MOLINA, Thiago dos Santos. Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras: o caso da Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos (Salvador, Bahia). **Anais: XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des)Igualdades**. Salvador, 2011.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

PAULA, Cláudia Regina de. O Protagonismo Negro: O movimento negro na luta por uma educação antirracista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 105-120, jul/dez 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizontes: Nandyala, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles. **O poder da cultura e a cultura no poder**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Ana Célia. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Joselina da. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir dos; ROCHA, José Geraldo da (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 100-126